00128000301300251 4
128 30

EBSERH
HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSERH

MANHÃ

GRUPO GESTÃO

(Analista Administrativo - Administração; Analista Administrativo - Administração Hospitalar; Analista Administrativo - Gestão Hospitalar; Analista Administrativo - Qualquer Nível Superior; Analista Administrativo - Gestão em Saúde; Analista Administrativo - Saúde Coletiva)

NÍVEL SUPERIOR TIPO 3 – AMARELA

CÓDIGO CONTROLE - 30

SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e **1 (uma)** redação, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo.
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.
- A redação deverá ser redigida em, no mínimo, **20 (vinte)** e, no máximo, **30 (trinta)** linhas.

TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído a leitura das instruções, a coleta de digital e o tempo para o preenchimento da Folha de Respostas.
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova; anotar informações/respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões; levantar da cadeira sem autorização; usar o sanitário ao término da prova.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas; confira o grupo e nome do seu cargo, cor e tipo do caderno de questões constantes nesta capa, na sua Folha de Respostas e na sua Folha de Texto Definitivo; confira também seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo; em caso de inconsistência(s), **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências, bem como o devido registro na ata de sala.
- Para o preenchimento da Folha de Respostas e da Folha de Texto Definitivo, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados na Folha de Respostas e na Folha de Texto Definitivo.
- O preenchimento da Folha de Respostas e da Folha de Texto Definitivo é de sua responsabilidade e, por isso, reserve tempo suficiente para fazê-lo. **Não será permitida a troca de Folha de Respostas em caso de erro cometido por você.**
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na Folha de Respostas e na Folha de Texto Definitivo.
- A FGV coletará suas impressões digitais na lista de presença.
- Durante a realização da prova, você será submetido ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída da sala.
- **Boa prova!**

Grupo - Gestão - Tipo 3 - AMARELA - Manhã
2514

CONHECIMENTOS BÁSICOS
Língua Portuguesa

1

Observe o seguinte texto argumentativo:

O que o Mestre diz toca todas as cordas do ser humano; ele não apresenta nunca uma ideia apoiada somente no intelecto, mas veste essa ideia de forma a que o coração a sinta, para que a imaginação a forme e que a vontade passe a ter um desejo intenso de a realizar.

Nesse caso, a argumentação do Mestre

(A) apela somente para a emoção.
(B) apela somente para a inteligência.
(C) apela para a intimidação e a emoção.
(D) apela somente para a intimidação.
(E) apela para a inteligência e a emoção.

2

Abaixo estão cinco frases de pessoas diferentes do emissor, devidamente identificadas.

Assinale a opção em que a informação sobre a autoria alheia de uma frase é omitida.

(A) Foi então que o policial falou: — Esteja preso!
(B) Como diz o ditado popular "Quem não chora, não mama!"
(C) Pedro me disse que ele precisava sair rapidamente.
(D) As pessoas ainda acreditam em "Quem viver, verá!"
(E) Com as queimadas, a frase "Minha terra tem palmeiras", de Gonçalves Dias, não vai ser verdadeira.

3

Assinale a frase em que a concordância verbal ou nominal está correta.

(A) Elas cantaram alto a noite inteira.
(B) Todos os convidados estavam meios tontos.
(C) Para mim chegar na hora vai ser difícil.
(D) Todos estavam bastantes cansados.
(E) Chegou os garçons para a festa.

4

Assinale a frase que se insere entre os textos injuntivos.

(A) O deus do mundo é o prazer.
(B) Cedo ou tarde o prazer cobra o seu preço.
(C) O que não se parece a nada não existe.
(D) Gosto de quem sonha com o impossível.
(E) No princípio era o Verbo.

5

Assinale a frase que está inserida no campo dos textos argumentativos.

(A) No domínio científico, o cientista quer demonstrar a correção de sua descoberta.
(B) No domínio político, um membro de um partido tenta levar um adversário a mudar de opinião.
(C) No domínio jurídico, o advogado procura mostrar que seu cliente é inocente.
(D) No domínio artístico, o pintor procura novas soluções para a elaboração das imagens.
(E) No domínio comercial, o negociante procura lucro como se vê nas campanhas publicitárias.

6

Assinale a frase que indica um desejo, uma esperança.

(A) A marquesa estava deslumbrante na festa.
(B) Os ministros ainda estão em Brasília.
(C) Se somente ele tivesse sido eleito!
(D) O tempo não está esplêndido?
(E) Como neva nos Estados Unidos nesta época.

7

Abaixo há um grupo de frases de valor argumentativo.

Assinale a frase que faz um apelo às emoções no sentido de convencer.

(A) Não deixe para amanhã o que pode fazer hoje.
(B) Não se deve prestar falso testemunho.
(C) Não fume na cama: o incêndio se aproxima!
(D) Só se deve abrir a boca ao ter certeza.
(E) Casa arrombada, tranca na porta.

8

Das frases listadas a seguir, a única que mostra construção integral com a linguagem culta, é:

(A) Não sabia que a gente tinha tantas armas nucleares. Para que precisamos delas?
(B) O que diminui a criminalidade não é o tamanho da pena e sim a certeza da punição.
(C) Enquanto não tiver financiamento público, as mulheres vão continuar tendo dificuldades para suas campanhas.
(D) Me disseram que a história não é escrita por covardes.
(E) Você não fez o que devia e vai ter de se virar para prestar contas do dinheiro.

9

Assinale a frase que ***não*** mostra uma palavra depreciativa.

(A) Eles moram num barraco na margem do rio.
(B) Os turistas chegaram num calhambeque antigo.
(C) Nem todos os filósofos apreciam a natureza.
(D) Eles só tinham uns níqueis no bolso.
(E) A roupa do secretário estava um lixo!

10

As frases listadas a seguir mostram objetividade.

Assinale a frase em que o acréscimo feito tem valor subjetivo.

(A) Os pais dos alunos se opuseram ao fechamento da escola / Os pais dos alunos se opuseram, através dos jornais, ao fechamento da escola.
(B) Tóquio, assim como Londres, possui mais de cinco milhões de habitantes / Tóquio, assim como Londres, possui na atualidade mais de cinco milhões de habitantes.
(C) O governo nigeriano não pretende aumentar os impostos / o governo nigeriano não pretende mais aumentar os impostos este ano.
(D) O réu foi condenado à prisão perpétua após o julgamento / o réu, finalmente, foi condenado à prisão perpétua após o julgamento.
(E) As tarifas telefônicas vão ter aumento de 50% / as tarifas telefônicas vão ter aumento, assim como os Correios, de 50%.

Legislação EBSERH

11

A ética é uma dimensão fundamental para a Ebserh, listada como um dos sete valores aprovados pela Alta Administração para sustentar o propósito da Empresa de *"Ensinar para transformar o cuidar"*.

Nesse contexto, o Código de Ética e Conduta (CEC) estabelece que

(A) os diretores e colaboradores que atuam na Comissão de Ética devem se comprometer a não ser coniventes com qualquer infração ao CEC, bem como aos demais atos normativos da empresa.

(B) os parceiros da Ebserh devem agir em conformidade com as políticas governamentais vigentes, prestando serviços de forma responsável e em consonância com os interesses das agências de fomento à pesquisa em saúde.

(C) os funcionários da empresa devem nortear suas ações com o intuito de preservar o bom relacionamento com o público, visando à satisfação no atendimento e à preservação do princípio da integralidade.

(D) o corpo técnico que apura denúncias referentes a descumprimento de conduta éticas deve ser terceirizado para garantir a lisura e a objetividade na aplicação das medidas disciplinares previstas por lei.

(E) os colaboradores devem zelar pela predominância da probidade administrativa, devendo preservar a confidencialidade profissional mesmo após o desligamento da instituição.

12

O órgão de orientação superior da Ebserh é o Conselho de Administração, composto por nove membros, nomeados pelo Ministro de Estado da Educação.

A respeito da constituição e das competências do Conselho de Administração, assinale a afirmativa correta.

(A) É atribuição do Conselho de Administração editar normas necessárias ao funcionamento dos órgãos e serviços da Ebserh, de acordo com a distribuição de competências estabelecidas pela Diretoria.

(B) É prerrogativa do Conselho de Administração reunir-se ordinária e trimestralmente e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo Presidente.

(C) É competência do Conselho de Administração aprovar o orçamento e o programa de investimentos e acompanhar a sua execução.

(D) É faculdade do Conselho de Administração submeter a indicação de até 50% dos seus membros ao Ministro do Planejamento e Orçamento.

(E) É da alçada exclusiva do Conselho de Administração apresentar, trimestralmente, ao Conselho Consultivo relatórios qualificados de metas e atividades da Ebserh.

13

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), com sede e foro em Brasília, foi regulamentada pela Lei nº 12.550/2011, a qual estabelece que a empresa pode

(A) receber profissionais titulados e ativos em instituição de ensino superior, desde que sejam cedidos para exercer atividades de assistência à saúde ou de gestão de políticas sanitárias.

(B) ser contratada, mediante licitação, pela Administração Pública para realizar atividades relacionadas ao seu objeto social, como prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários.

(C) prestar os serviços relacionados às suas competências mediante contrato com as instituições federais de ensino ou instituições congêneres, respeitado o princípio da autonomia universitária.

(D) criar subsidiárias regionais para administrar os hospitais universitários de universidades privadas já contempladas pelo Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf).

(E) constituir equipe de governança para os hospitais universitários federais, mediante contrato que prevê concurso de administradores e nomeação de supervisores oriundos da Diretoria Executiva da empresa.

14

O Regulamento de Pessoal da Ebserh tem por finalidade disciplinar os direitos, os deveres, as obrigações e as penalidades aplicáveis aos integrantes do quadro de pessoal da empresa, suas filiais e demais unidades descentralizadas.

Em relação ao referido Regulamento, assinale a afirmativa correta.

(A) O desenvolvimento na carreira do empregado da Ebserh ocorre mediante progressões horizontais e verticais regulamentadas no Plano de Cargos, Carreiras e Salários, com base em critérios específicos, incluída a avaliação de desempenho.

(B) O salário-base é fixado pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários e consiste no valor total percebido pelo empregado, resultante da soma do piso salarial, das gratificações e de outras vantagens remuneratórias.

(C) A jornada de trabalho dos empregados com exercício nas filiais e em outras unidades descentralizadas é de quatro, seis ou oito horas diárias, observado o teto de 56 horas semanais, considerando as exceções previstas em lei.

(D) A progressão funcional possibilita a mudança de cargo quando forem demonstrados a qualificação e o aperfeiçoamento profissional alcançados por meio de programas permanentes de capacitação da própria empresa.

(E) O adicional de periculosidade é o valor pago na prestação de serviços enquadrados nas atividades e operações insalubres ou perigosas, conforme laudo a ser expedido por autoridade competente.

15

A Norma Operacional de Controle Disciplinar dispõe sobre o procedimento apuratório para aplicação da penalidade disciplinar no âmbito da Ebserh.

A respeito da comunicação no processo disciplinar, avalie as afirmativas a seguir.

I. A comunicação poderá ser efetuada via correio eletrônico institucional ou particular, aplicativos de mensagens instantâneas, meios eletrônicos corporativos colocados à disposição dos empregados ou recursos tecnológicos similares.

II. O interessado que se encontrar em local incerto e não sabido poderá ser notificado dos atos correcionais por edital publicado no Boletim de Serviço da Ebserh, devendo ser inserida a cópia da publicação no processo.

III. No caso de recusa do recebimento da comunicação processual, deverá ser lavrado termo próprio constando nome, data, hora, local e assinatura do responsável pelo ato e de duas testemunhas, o que não implicará a presunção de ciência do destinatário.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I e II, apenas.
(E) I, II e III.

Políticas Públicas de Saúde e Educação

16

Em 2005 foi homologada a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, assinada pelos países-membros das Nações Unidas. O documento contém uma série de diretrizes para nortear novas legislações e estabelecer parâmetros sobre o que é ético no desenvolvimento de experimentos científicos.

Com base nessa Declaração, assinale a afirmativa que descreve corretamente um de seus princípios.

(A) O avanço de conhecimentos, práticas e tecnologias médicas deve obedecer ao critério de maximizar os efeitos benéficos para os doentes, os participantes em investigações e os outros indivíduos envolvidos e minimizar qualquer efeito nocivo suscetível de afetar esses indivíduos.

(B) O respeito à vulnerabilidade humana na condução de pesquisas científicas é prioritário, motivo pelo qual indivíduos e grupos particularmente vulneráveis devem ser tutelados por instituições capazes de julgar e autorizar o processo conducente ao consentimento para tais pesquisas.

(C) A autonomia e a responsabilidade dos indivíduos devem ser respeitadas, seja quando possam, seja quando não possam ser responsáveis pelo processo de tomada dessas decisões, desde que seja assegurado o respeito à autonomia dos demais.

(D) A pesquisa científica deve ser realizada priorizando o pluralismo e a diversidade cultural das pessoas envolvidas, mesmo quando isso contraria os direitos de gênero ou as liberdades definidas como universais pela tradição ocidental.

(E) Os experimentos realizados em grupos de indivíduos devem ser precedidos do consentimento coletivo da comunidade a que pertencem ou do consentimento de um líder da comunidade ou de outra autoridade que possa substituir o consentimento individual informado.

17

Com base no Art. 199 da Constituição Federal de 1988, que estabelece que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, avalie as afirmativas a seguir.

I. As instituições privadas podem participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio.

II. A participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país é vedada, salvo nos casos previstos em lei.

III. A destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos é permitida, desde que fiscalizada pelo Ministério da Saúde.

Está correto o que se afirma em

(A) II, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) I e II, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

18

A Resolução nº 453/12 do Conselho Nacional de Saúde estabeleceu diretrizes para a instituição, a reformulação, a reestruturação e o funcionamento dos Conselhos de Saúde.

A respeito da representatividade e da participação social nos Conselhos de Saúde, a referida Resolução estabelece que

(A) a representação de usuários, trabalhadores e prestadores de serviço deve se dar por meio da presença de entidades representativas e de reconhecida abrangência nos territórios, garantindo a complementariedade do conjunto da sociedade nas decisões sobre a política de saúde.

(B) o critério de paridade deve ser considerado na composição dos conselhos, garantindo a presença equânime na representação do governo estadual e dos secretários municipais de saúde, indicados pelo Conselho de Secretários Municipais de Saúde dos Estados (Cosems).

(C) a renovação periódica da composição do Conselho para uma ampla participação popular deve garantir que, a cada eleição, os segmentos de representações de usuários, trabalhadores e prestadores de serviços, tenha renovação de, no mínimo, 50% de suas entidades representativas.

(D) a eleição do Presidente do Conselho deve ser transparente e o seu cronograma amplamente divulgado, para que os grupos da sociedade possam tomar ciência e indicar o colégio eleitoral a quem cabe escolher os candidatos indicados pela Plenária.

(E) as reuniões plenárias dos Conselhos devem ser abertas ao público e acontecer em espaços e horários que possibilitem a participação da sociedade civil, de modo que a comunidade atue na gestão pública, determinando a destinação dos gastos do Estado em saúde para beneficiar o interesse coletivo.

19

A Portaria nº 198/GM, de 13 de fevereiro de 2004, instituiu a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde (SUS) para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor. Para a condução dessa política, foram implantados os Polos de Educação Permanente em Saúde (Peps), que funcionam como dispositivos do SUS para promover mudanças nas práticas de saúde e na educação em saúde.

Com base na referida Portaria, assinale a afirmativa que descreve corretamente uma atribuição dos Peps.

(A) Organizar a seleção de profissionais da saúde aptos a prosseguir e especializar sua formação, estabelecendo convênios com pós-graduações conceituadas.

(B) Mobilizar a formação de gestores de sistemas, ações e serviços para a integração da rede de atenção como cadeia de cuidados regressivos à saúde.

(C) Formular políticas de formação e desenvolvimento de formadores e de formuladores de políticas, fortalecendo a capacidade docente e a capacidade de gestão do SUS em cada base locorregional.

(D) Estabelecer a pactuação e a negociação permanentes entre os atores das ações e dos serviços do SUS, docentes e estudantes da área da saúde e educação.

(E) Descentralizar a capacidade pedagógica na saúde pela rede do SUS com incentivos que permitam prolongar o tempo e a carreira nas áreas de saúde mais demandadas.

20

A Lei Complementar (LC) nº 141/2012 definiu o que pode ser considerado como despesas em ações e serviços públicos de saúde, valorizou o processo de planejamento e o controle social, definiu a transferência regular e automática por meio dos fundos de saúde para custeio e investimento, entre outras questões.

Com base nessa LC, assinale a afirmativa correta.

(A) Compete ao Ministério da Saúde, no âmbito de suas atribuições, verificar a aplicação dos recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde de cada ente da Federação.

(B) Para efeito de cálculo dos recursos mínimos a que se refere essa LC, serão consideradas as despesas empenhadas e liquidadas, inscritas em Restos a Pagar até o limite das disponibilidades de caixa ao final do exercício, consolidadas no Fundo de Saúde.

(C) É permitido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios excluir da base de cálculo das receitas de que trata essa LC parcelas de impostos ou transferências constitucionais vinculadas a fundos ou despesas, por ocasião da apuração do percentual ou montante mínimo a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde.

(D) Na hipótese de descumprimento dos percentuais mínimos de saúde por parte dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, as transferências voluntárias da União e dos Estados poderão ser restabelecidas desde que o ente beneficiário comprove o cumprimento do disposto nessa LC.

(E) O rateio dos recursos dos Estados transferidos aos Municípios para ações e serviços públicos de saúde será realizado segundo o critério de disponibilidade do orçamento federal para a saúde e a capacidade de oferta de ações e de serviços de saúde, observada a necessidade de reduzir as especificidades regionais.

21

A terceira diretriz da Carta dos Direitos e Deveres da Pessoa Usuária da Saúde afirma que *toda pessoa tem direito ao atendimento inclusivo, humanizado e acolhedor, realizado por profissionais qualificados, em ambiente limpo, confortável e acessível.*

Resolução CNS nº 553, de 9 de agosto de 2017

Assinale a afirmativa que está em conformidade com a diretriz citada.

(A) As listas de espera de baixa, média e alta complexidade devem considerar critérios de agilidade e transparência.

(B) A oferta dos serviços de saúde deve obedecer à média entre a demanda da população e à oferta de atendimento predeterminado.

(C) O atendimento deve ser garantido, independentemente do cumprimento da carga horária de trabalho dos profissionais de saúde.

(D) A lista dos deveres das pessoas que trabalham no serviço de saúde deve ser disponibilizada, caso a requisição do usuário seja considerada pertinente.

(E) O uso de tecnologias e procedimentos nos serviços deve proporcionar celeridade na realização de exames e diagnósticos e na disponibilização dos resultados.

22

Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) foram criados pelo Ministério da Saúde em 2008 com o objetivo de apoiar a consolidação da Atenção Primária no Brasil, ampliando as ofertas de saúde na rede de serviços, assim como a resolutividade, a abrangência e o alvo das ações.

Sobre os NASF, avalie as afirmativas a seguir.

I. Os Núcleos são compostos por grupos multiprofissionais que atuam de forma integrada com as equipes de Saúde da Família e de Atenção Básica, compartilhando as práticas e os saberes em saúde sob a responsabilidade dessas equipes.

II. Os Núcleos visam contribuir para a integralidade do cuidado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente por intermédio da ampliação da clínica, auxiliando no aumento da capacidade de análise e de intervenção em problemas e necessidades de saúde, tanto em termos clínicos quanto sanitários e ambientais.

III. Os Núcleos conduzem atividades de apoio como a discussão de casos, o atendimento conjunto ou não, a interconsulta, a construção conjunta de projetos terapêuticos e a educação permanente, além de ações de prevenção e promoção da saúde.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, II e III.

23

A Portaria GM/MS nº 1.526/2023 alterou a normativa anterior e dispôs sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e sobre a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Com base nessa Portaria, avalie as afirmativas a seguir.

I. O financiamento adequado da PNAISPD é de responsabilidade tripartite, de acordo com a pactuação nas instâncias colegiadas de gestão do SUS.

II. O objetivo da RCPD é ofertar ações e serviços de saúde para o cuidado universal com a pessoa com deficiência, articulados em Redes de Atenção à Saúde de acordo com o Planejamento Regional Integrado.

III. A operacionalização da RCPD cabe à União que, por intermédio do Ministério da Saúde, designa os membros titular e suplente para exercer as funções de coordenação do Grupo Condutor da Rede.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) I e II, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) I, II e III.

24

A implementação da Política Nacional de Humanização (PNH) pressupõe vários eixos de ação que objetivam a institucionalização e difusão de suas estratégias, bem como a apropriação de seus resultados pela sociedade.

A respeito da PNH, assinale a afirmativa que descreve corretamente um de seus eixos.

(A) No eixo da educação, preconiza-se a inclusão da PNH no debate sobre a saúde, por intermédio de ação da mídia e discurso social amplo.
(B) No eixo das instituições do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelece-se a integração de recursos vinculados a programas específicos de humanização e outros recursos de subsídio à atenção.
(C) No eixo da gestão do trabalho, propõe-se a promoção de ações que assegurem a participação dos trabalhadores nos processos de discussão e decisão, fortalecendo e valorizando sua motivação e seu crescimento profissional.
(D) No eixo da cogestão, indica-se uma política incentivadora de ações integrais, promocionais e intersetoriais de saúde, inovando nos processos de trabalho que busquem o compartilhamento dos cuidados.
(E) No eixo da informação permanente em saúde, recomenda-se que a PNH seja incluída como componente curricular de cursos de graduação, pós-graduação e extensão em saúde, vinculadas às instituições de formação.

25

A Resolução do CNS nº 333/2003 aprovou as diretrizes para a criação, a reformulação, a estruturação e o funcionamento dos Conselhos de Saúde.

Com base na citada Resolução, assinale a afirmativa correta sobre a estrutura e o funcionamento dos Conselhos de Saúde.

(A) As decisões do Conselho de Saúde serão adotadas mediante quórum mínimo (metade mais um) dos seus integrantes, ressalvados os casos regimentais em que se exija quórum especial ou maioria qualificada de votos.
(B) As Plenárias de Conselhos de Saúde foram criadas, principalmente, para promover a relação dos Conselhos de Saúde com a esferas municipal e estadual e, com isso, fortalecer ainda mais a participação popular no Sistema Único de Saúde.
(C) Os Conselhos de Saúde, desde que com a devida justificativa, buscarão auditorias externas e independentes, sobre as contas e atividades do Gestor do Sistema Único de Saúde (SUS), ouvindo os Ministérios da Saúde e da Justiça.
(D) O Conselho deve examinar as denúncias que chegam a ele, investigar e ter ação resolutiva, evitando o encaminhamento para outros órgãos ou outras instâncias de auditoria e fiscalização.
(E) Os Conselhos de Saúde indicam os representantes para a Coordenação Nacional da Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, composta por quatro representantes de cada Estado.

26

A exposição ocupacional a agentes biológicos decorre da presença desses agentes no ambiente de trabalho.

A esse respeito, considere atividades como: pesquisas ou projetos de desenvolvimento que envolvam a manipulação direta de agentes biológicos; atividades realizadas em laboratórios de diagnóstico microbiológico; atividades relacionadas à biotecnologia (desenvolvimento de antibióticos, enzimas e vacinas, entre outros).

Com base na NR-32, avalie as afirmativas a seguir sobre a categoria de risco biológico exemplificada pelas atividades citadas e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) Essas atividades geram uma exposição com intenção deliberada, pois derivam de ação laboral que implica na utilização ou manipulação do agente biológico, o qual constitui o objeto principal do trabalho.
( ) Nessas atividades, na maioria dos casos, a presença do agente precisa ser determinada, de modo que os riscos à exposição são elevados, já que as características do agente e os procedimentos de manipulação são desconhecidos.
( ) Essas atividades envolvem uma exposição que decorre da atividade laboral, mas sem que essa implique na manipulação direta e deliberada do agente biológico como objeto principal do trabalho, portanto não envolvem alto risco.

A sequência correta, na ordem apresentada, é

(A) V – F – V.
(B) V – V – F.
(C) F – V – V.
(D) V – F – F.
(E) F – F – F.

27

Para a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), estabelecida em 2006, os DSS são: os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e de seus fatores de risco na população.

O modelo adotado pela CNDSS para estudar os Determinantes Sociais e a trama de relações entre os diversos fatores considerados é o de Dahlgren e Whitehead, reproduzido a seguir.

Com base nesse modelo, avalie as afirmativas a seguir sobre os Determinantes Sociais da Saúde e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) O primeiro nível, relacionado aos fatores comportamentais e de estilos de vida, indica que eles estão fortemente influenciados pelos DSS, uma vez que é muito difícil mudar comportamentos de risco sem mudar as normas culturais que os influenciam.

( ) O segundo nível, das comunidades e suas redes de relações, aponta para os laços de coesão social e as relações de solidariedade e confiança entre pessoas, tidas como fundamentais para a promoção e proteção da saúde individual e coletiva.

( ) O terceiro nível, condições de vida e de trabalho, refere-se à atuação dos macrodeterminantes e considera as políticas macroeconômicas de mercado de trabalho e de proteção ao meio ambiente como causas diretas das condições materiais e psicossociais nas quais as pessoas vivem e trabalham.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – V – F.
(B) V – F – V.
(C) F – V – V.
(D) V – F – F.
(E) V – V – V.

28

A respeito da quantidade de equipes de Saúde da Família na modalidade transitória, a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) determina que o Município,

(A) com até 50 mil habitantes e contando com até três equipes de Saúde da Família, poderá ter até duas equipes na modalidade transitória.
(B) com até 50 mil habitantes e com mais de três equipes, poderá ter até 50% das equipes de Saúde da Família na modalidade transitória.
(C) com população entre 100 mil e 300 mil habitantes, poderá ter até 30% das equipes de Saúde da Família na modalidade transitória.
(D) com população entre 50 mil e 100 mil habitantes, poderá ter até 20% das equipes de Saúde da Família na modalidade transitória.
(E) com população acima de 300 mil habitantes, poderá ter até 10% das equipes de Saúde da Família na modalidade transitória.

29

A assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde são fatores determinantes na melhoria da qualidade da saúde da população e na redução nas taxas de mortalidade de um número considerável de doenças, motivo pelo qual sua definição, incorporação e financiamento têm sido objeto de diversos dispositivos legais.

A esse respeito, com base na Lei nº 8.080/90, assinale a afirmativa que caracteriza corretamente a assistência terapêutica e/ou a incorporação de tecnologia em saúde.

(A) A incorporação, exclusão ou alteração pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou alteração de protocolo clínico, são atribuições da Agência Nacional de Saúde, assessorada pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS.
(B) A autorização e o financiamento de novos procedimentos médicos são avaliados pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec), que assessora o Conselho Federal de Medicina e o Conselho Nacional de Saúde a respeito dessas decisões.
(C) O aprimoramento da assistência terapêutica é planejado pela Conitec, independentemente da avaliação econômica comparativa do Ministério da Saúde sobre benefícios e custos em relação às tecnologias já incorporadas, inclusive quanto aos atendimentos domiciliar, ambulatorial ou hospitalar.
(D) A determinação de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas experimentais permite importar os medicamentos ou produtos disponíveis para as diferentes fases evolutivas da doença ou do agravo à saúde de que tratam, ficando as terapias de segunda linha a critério do serviço de saúde responsável.
(E) A definição de assistência terapêutica integral contempla a oferta de procedimentos terapêuticos, em regime domiciliar, ambulatorial e hospitalar, constantes de tabelas elaboradas pelo Gestor Federal do Sistema Único de Saúde, realizados no território nacional por serviço próprio, conveniado ou contratado.

30

Com base na Resolução CNS nº 330/2003, avalie se compete aos Conselhos de Saúde:

I. examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades e apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho, em suas respectivas instâncias;

II. fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar os indícios de denúncias aos respectivos órgãos, conforme legislação vigente;

III. avaliar a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), explicitando os critérios utilizados, e acompanhar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Noções de Administração Pública

31

A Constituição Federal de 1988 inovou em termos orçamentários. Embora a Lei Orçamentária Anual (LOA) já existisse no ordenamento jurídico brasileiro, foram instituídos a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA), criando um sistema de planejamento integrado e harmônico de curto e médio prazo, compatível com o modelo orçamentário denominado Orçamento-Programa atualmente adotado no Brasil.

Assinale a afirmativa correta acerca das características do orçamento público brasileiro.

(A) A LOA é uma lei de execução com duração de um ano, sendo elaborada em consonância com o PPA e a LDO, prevendo receitas e fixando despesas para o exercício financeiro.
(B) O PPA é uma lei de curto prazo, com duração de um ano, e traz as metas e prioridades da Administração Pública.
(C) A LDO é uma lei de médio prazo, com duração de quatro anos, e define os objetivos e programas estratégicos do governo.
(D) A LDO pertence ao plano estratégico e traduz o conteúdo do PPA diretamente para o orçamento propriamente dito.
(E) O PPA, a LDO e a LOA são independentes entre si e não precisam estar alinhados no planejamento orçamentário.

32

O Plano Plurianual (PPA) configura uma lei que tem por objeto a programação global de médio prazo a fim de promover a integração nacional destinada à consecução do desenvolvimento regional e nacional.

Assinale a opção que apresenta uma característica do PPA.

(A) É um instrumento de planejamento de curto prazo que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes.
(B) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro pode ser iniciado sem prévia inclusão no PPA ou sem autorização específica por lei, sob pena de crime de responsabilidade.
(C) Emendas ao projeto de lei do orçamento anual podem ser aprovadas mesmo que sejam incompatíveis com o PPA, desde que sejam justificadas pelo Congresso Nacional.
(D) Emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias podem ser aprovadas independentemente de sua compatibilidade com o PPA, desde que não alterem a meta fiscal.
(E) A elaboração de planos e programas nacionais, regionais e setoriais é facultativa e não precisa seguir as diretrizes do PPA.

33

Para garantir a plena execução de sua atividade administrativa e a prestação eficiente dos serviços públicos à população, o Estado organiza sua atuação em unidades de poder menores e mais especializadas.

Assinale a opção que apresenta uma característica da desconcentração.

(A) Transferência de competências para entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que atuam de maneira independente do poder hierárquico do Estado.
(B) Descentralização administrativa, em que o Estado delega a execução de políticas públicas a entidades privadas ou entes autônomos.
(C) Execução direta de políticas públicas pelo Estado, sem subdivisão ou delegação de competências.
(D) Distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica por meio da criação de órgãos públicos sem personalidade jurídica própria.
(E) Extinção de órgãos públicos e concentração de poder na Administração Direta, visando maior eficiência administrativa.

34

Os entes que compõem a Administração Direta são considerados pessoas jurídicas de direito público.

Assinale a opção que apresenta uma característica, em regra, dos entes que compõem a Administração Direta.

(A) Compõem-se de empregados públicos.
(B) Seus atos administrativos não possuem presunção de legitimidade.
(C) Seus bens podem ser penhorados.
(D) Seus créditos são pagos diretamente, sem necessidade de precatórios.
(E) Compõem-se de servidores públicos.

35

As empresas estatais, compreendendo as empresas públicas e as sociedades de economia mista, foram introduzidas no ordenamento jurídico brasileiro com natureza jurídica de direito privado.

Uma característica das empresas estatais reside no fato de que

(A) a criação de empresas estatais depende exclusivamente de ato administrativo do Poder Executivo.

(B) as empresas públicas podem adotar qualquer forma societária admitida em direito, enquanto as sociedades de economia mista são obrigatoriamente constituídas sob a forma de sociedade limitada.

(C) tanto as empresas públicas quanto as sociedades de economia mista estão sujeitas ao controle estatal.

(D) as sociedades de economia mista são constituídas exclusivamente por capital público, enquanto as empresas públicas possuem composição mista de capital público e privado.

(E) as empresas estatais não podem desempenhar atividades econômicas, estando restritas à prestação de serviços públicos.

Noções de Direito Administrativo

36

Com vistas a regulamentar as respectivas disposições constitucionais, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) delimita como despesa total com pessoal o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de Previdência.

Nesse contexto, é correto afirmar que a Lei Complementar nº 101/2000 estabelece que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração para os Municípios, ***não*** poderá exceder o seguinte percentual da receita corrente líquida:

(A) 20%.

(B) 30%.

(C) 50%.

(D) 60%.

(E) 70%.

37

No exercício de suas atribuições públicas, Amélia foi instada a se manifestar acerca da delimitação e do tratamento dos dados pessoais sensíveis dispostos na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Nesse cenário, com base no mencionado Diploma Legal, assinale a opção que apresenta uma informação correta a ser prestada por Amélia.

(A) Dados pessoais de saúde são considerados sensíveis, mas o respectivo tratamento pode ser realizado sem consentimento, quando for indispensável para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária.

(B) O endereço, o telefone e a data de nascimento são dados pessoais sensíveis, de modo que o respectivo tratamento exige consentimento do titular, que não precisa, contudo, ser de forma específica e destacada.

(C) Opiniões políticas ou dados sobre convicção religiosa não são considerados dados pessoais sensíveis, de modo que a eles não deve ser conferido o respectivo tratamento especial, submetendo-se, por conseguinte, aquele referente ao tratamento de dados em geral.

(D) Dados genéticos e biométricos da pessoa natural não se enquadram como dados pessoais sensíveis, sendo certo, no entanto, que o seu tratamento apenas pode ser realizado mediante consentimento do titular, de forma específica e destacada, não sendo cabível a dispensa do consentimento ainda que indispensável para a realização de estudos por órgão de pesquisa e garantia à anonimização.

(E) Filiação a sindicato ou a organização filosófica ou política são informações que não estão abarcadas pelo conceito de dados pessoais sensíveis, de modo que, em regra, podem ser tratados sem o consentimento do titular.

38

Imagine uma situação em que certa empresa pública não esteja promovendo a transparência ativa de suas informações, na medida em que não está veiculando dados que são de interesse público e que não estão abarcadas pelo sigilo.

Caso seja apresentado, por determinado interessado, pedido de acesso a tais informações, à luz do disposto na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), assinale a afirmativa correta.

(A) O deferimento do acesso às informações em análise depende da indicação dos motivos determinantes para a sua obtenção.

(B) A mencionada empresa pública não tem a obrigação de fornecer as informações em questão, em decorrência de sua personalidade jurídica de direito privado.

(C) A norma em comento impõe a proteção das informações pela aludida entidade administrativa, mas não a sua disponibilidade, autenticidade e integridade.

(D) O pedido de acesso a tais informações pelo mencionado interessado deverá conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

(E) A referida entidade administrativa pode impor exigências para que o requerente tenha acesso às informações em comento, ainda que tais exigências possam inviabilizar a sua solicitação.

39

Certo órgão da Administração Pública verificou a necessidade de promover uma contratação em que haverá transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), conforme elencados em ato da direção nacional do SUS, inclusive por ocasião da aquisição desses produtos durante as etapas de absorção tecnológica, e em valores compatíveis com aqueles definidos no instrumento firmado para a transferência de tecnologia.

Considerando que a licitação é viável, diante da existência de mais de um fornecedor, as autoridades competentes, para analisar as peculiaridades acerca da necessidade de realizar licitação em relação à situação descrita, em consonância com o disposto na Lei nº 14.133/2021, concluíram corretamente que é

(A) necessária a realização de licitação na modalidade leilão.
(B) possível dispensar a realização de licitação.
(C) impositivo o reconhecimento da inexigibilidade de licitação.
(D) admitida a licitação na modalidade convite.
(E) cabível a contratação direta em qualquer de suas modalidades.

40

No exercício de suas atribuições, Durvalina precisa apreciar diversos processos administrativos, há muito represados no órgão em que atua, os quais versam sobre a validade de atos administrativos.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 9.784/99, assinale a afirmativa correta.

(A) A Administração tem o prazo de dez anos para revogar os atos administrativos eivados de nulidade insanável e o mesmo prazo para convalidar os vícios sanáveis.
(B) Não há prazo para a Administração exercer o direito de anular os atos eivados de vícios insanáveis, aplicando-se o prazo de cinco anos apenas para os defeitos sanáveis.
(C) Na análise da validade de atos que gerem efeitos patrimoniais contínuos, o prazo decadencial de cinco anos deve ser contado do primeiro pagamento.
(D) Os atos que apresentam vícios insanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração a qualquer tempo, ainda que importem em prejuízos a terceiros.
(E) No caso de o ato não apresentar vícios, ainda será possível à Administração promover a sua anulação em decorrência de motivo de conveniência e oportunidade, a qualquer tempo.

Conhecimentos Específicos

41

De acordo com o Guia PMBOK, o documento que autoriza formalmente a existência de um projeto e fornece ao gerente a autoridade necessária, é conhecido como

(A) termo de abertura, pertencente à área de conhecimento de gerenciamento da integração.
(B) termo de abertura, pertencente à área de conhecimento de gerenciamento de escopo.
(C) estrutura analítica do projeto, pertencente à área de conhecimento de gerenciamento de cronograma.
(D) estrutura analítica do projeto, pertencente à área de conhecimento de gerenciamento de custos.
(E) diagrama de Gantt, pertencente à área de conhecimento de gerenciamento da qualidade.

42

Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal poderão celebrar convênios ou contratos de repasse para transferências de recursos destinadas à execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração.

No entanto, caso não disponham de capacidade técnica e operacional para a celebração e o acompanhamento dos convênios, esses órgãos e entidades poderão contratar, para atuar como mandatárias(os), em nome da União, na operacionalização dos contratos de repasse,

(A) instituições financeiras oficiais federais.
(B) entidades de apoio aos servidores públicos.
(C) institutos de pesquisa acadêmica sem fins lucrativos.
(D) organizações internacionais com sede no Brasil.
(E) empresas privadas de ramo relacionado com o programa, o projeto ou a atividade.

43

Uma fabricante de produtos hospitalares com forte atuação no mercado brasileiro está buscando estratégias para expandir suas operações. Para isso, decidiu ingressar no mercado de equipamentos esportivos, relacionado ao seu segmento, lançando uma linha de bicicletas ergométricas.

Considerando essa decisão, de acordo com a Matriz de Ansoff, é correto afirmar que a fabricante adotou uma estratégia de

(A) penetração de mercado.
(B) desenvolvimento de produto.
(C) alavancagem.
(D) diversificação.
(E) integração vertical.

44

Considerando a evolução das teorias da administração e os diversos conceitos desenvolvidos ao longo do tempo para explicar a estrutura, o funcionamento e a gestão das organizações, avalie se os itens a seguir estão fundamentados na Administração Científica.

I. Estudo da fadiga humana.
II. Incentivos salariais e prêmios de produção.
III. Condições ambientais de trabalho.

Está correto o que se apresenta em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) I e II, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

45

O Sistema de Registro de Preços (SRP), regulamentado pelo Decreto nº 11.462/2023, é um procedimento auxiliar que aprimora o processo de contratações na Administração Pública.

Conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021 e no referido Decreto, o SRP poderá ser adotado em diversas hipóteses, sendo uma delas quando,

(A) pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes.
(B) pelas especificidades do anteprojeto, houver necessidade de contratar objeto que envolva inovação técnica ou tecnológica.
(C) pela natureza do objeto, for possível definir previamente o quantitativo demandado.
(D) por rigidez administrativa, houver impossibilidade de ter a sua demanda satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado.
(E) por interesse público, vise ao atendimento de execução centralizada de projeto federal, por meio de compra regional ou adesão.

46

Após assumir a gestão de uma fabricante de medicamentos, principal fornecedora do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro, Alan, com anos de experiência profissional adquiridos no Japão, decide implementar o modelo *Just in Time* (JIT) na produção da empresa.

Com base nessa decisão, a seguinte consequência pode ser esperada:

(A) redução de custo de estoque, otimizando a eficiência operacional.
(B) redução de dependência de fornecedores específicos, permitindo o uso do *outsourcing*.
(C) aumento de desperdício de matéria-prima dos produtos primários, decorrente da produção em larga escala.
(D) uso de sistema de produção empurrada, assegurando um fluxo produtivo contínuo.
(E) piora no controle de qualidade, decorrente da aceleração da produção.

47

Considere que um tomógrafo computadorizado de última geração seja adquirido por um hospital especializado em tratamentos de câncer. Sua aquisição foi feita de uma fabricante americana, tendo sido avaliado em R$ 2.300.000, com vida útil estimada em 20 anos e um valor residual de R$ 230.000.

Com base nesses dados, o valor contábil do equipamento ao final de 11 anos de uso será de

(A) R$ 770.000.
(B) R$ 1.035.000.
(C) R$ 1.161.500.
(D) R$ 1.680.500.
(E) R$ 2.070.000.

48

Em uma sala de cirurgia, a organização dos equipamentos móveis e a disposição dos profissionais devem ser cuidadosamente planejadas para otimizar o fluxo de trabalho e garantir a eficiência do procedimento.

Para cirurgias de grande porte, que exigem uma equipe multidisciplinar composta por cirurgião, anestesista e enfermeiros, além de equipamentos de monitoração distribuídos ao redor da mesa cirúrgica onde o paciente está disposto, o arranjo físico mais adequado é do tipo

(A) celular.
(B) por processo.
(C) por produto.
(D) posicional.
(E) funcional.

49

Um hospital público, localizado em uma zona de difícil acesso no país, utiliza um minucioso sistema de gestão de estoques para garantir a disponibilidade contínua de medicamentos essenciais à população local.

Para um determinado medicamento de alto consumo, os seguintes parâmetros são estabelecidos: o consumo mensal é de 4.500 unidades, o estoque mínimo é de 2.000 unidades, os pedidos de reposição são feitos em lotes de 7.500 unidades e o prazo médio de entrega do fornecedor é de 60 dias. No entanto, devido às melhorias realizadas na infraestrutura viária local, decorrentes de um programa governamental, o fornecedor consegue antecipar a entrega do lote em 20 dias.

Nesse contexto, considerando o momento logo após o recebimento do lote, a quantidade em estoque será de

(A) 1.500 unidades.
(B) 7.500 unidades.
(C) 9.000 unidades.
(D) 12.000 unidades.
(E) 14.000 unidades.

50

Em janeiro de 2023, durante uma pandemia, um hospital registrou o seguinte movimento em seu estoque de máscaras N95, utilizadas como Equipamento de Proteção Individual (EPI) pelos seus funcionários:

- 01/01: Estoque inicial - 1.000 unidades (R$ 50,00/unidade);
- 10/01: Compra - 5.000 unidades (R$ 100,00/unidade);
- 20/01: Saída - 4.000 unidades;
- 21/01: Compra - 10.000 unidades (R$ 150,00/unidade);
- 30/01: Saída - 8.000 unidades.

Considerando os métodos de avaliação de estoque PEPS, UEPS e Custo Médio, assinale a opção que apresenta o estoque final, utilizando os três métodos.

(A) PEPS: R$ 600.000, UEPS: R$ 450.000 e Custo Médio Ponderado: R$ 512.500.
(B) PEPS: R$ 600.000, UEPS: R$ 450.000 e Custo Médio Ponderado: R$ 450.000.
(C) PEPS: R$ 450.000, UEPS: R$ 512.500 e Custo Médio Ponderado: R$ 600.000.
(D) PEPS: R$ 512.500, UEPS: R$ 600.000 e Custo Médio Ponderado: R$ 450.000.
(E) PEPS: R$ 600.000, UEPS: R$ 600.000 e Custo Médio Ponderado: R$ 600.000.

51

Restos a Pagar são despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro. Trata-se, pois, de pagamentos tardios ocorridos em anos posteriores àquele ano em que deveriam ter sido realizados.

Assinale a opção que descreve como devem ser apresentados nos dados referentes aos Restos a Pagar no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) emitido ao final de cada quadrimestre.

(A) O RGF deve incluir apenas as despesas liquidadas inscritas em Restos a Pagar, uma vez que os empenhos não liquidados não afetam o saldo de caixa.
(B) O RGF deve consolidar os Restos a Pagar sem diferenciar entre despesas empenhadas, liquidadas ou não, considerando apenas o total global das despesas não realizadas.
(C) O RGF deve discriminar os Restos a Pagar apenas das despesas empenhadas, independentemente da liquidação ou do impacto sobre a disponibilidade de caixa.
(D) O RGF não contempla informações sobre os Restos a Pagar, pois esse detalhamento é exclusivo do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).
(E) O RGF deve apresentar, no demonstrativo, a inscrição nos Restos a Pagar das despesas liquidadas, empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa, além das despesas não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados.

52

Os princípios orçamentários, fundamentais para o sistema jurídico, orientam a interpretação das normas e fortalecem a instituição orçamentária para auxiliar o controle parlamentar sobre o governo.

A esse respeito, acerca desses princípios, avalie as afirmativas a seguir.

I. A Administração Pública só pode agir dentro dos limites estabelecidos pela lei.
II. Os atos administrativos devem ser realizados com transparência, garantindo o acesso público às informações.
III. A atuação dos agentes públicos deve visar ao interesse coletivo, sem o favorecimento de indivíduos ou grupos específicos.
IV. Os agentes públicos devem agir com ética, probidade e lealdade em relação ao interesse público.

Essas afirmativas referem-se, respectivamente, aos seguintes princípios:

(A) legalidade / impessoalidade / eficiência / publicidade.
(B) impessoalidade / eficiência / publicidade / moralidade.
(C) legalidade / publicidade / impessoalidade / moralidade.
(D) publicidade / legalidade / impessoalidade / moralidade.
(E) legalidade / publicidade / impessoalidade / eficiência.

53

O ciclo orçamentário abrange desde o planejamento e elaboração das propostas até a apreciação legislativa, a execução, o controle e a avaliação, encerrando-se com o término do exercício fiscal e o início de um novo ciclo.

Em relação ao ciclo orçamentário, é correto afirmar que

(A) a elaboração das leis orçamentárias baseia-se em comandos jurídicos constitucionais e legais, permitindo algum espaço para deliberações políticas, enquanto a execução do orçamento segue estritamente o modelo impositivo.
(B) a execução do orçamento público permite amplas deliberações políticas e ideológicas, assim como ocorre na elaboração das leis orçamentárias.
(C) a elaboração das leis orçamentárias ocorre após a execução, permitindo ajustes com base em deliberações políticas.
(D) tanto a elaboração quanto a execução do orçamento público são pautadas exclusivamente por decisões políticas, sem a influência de comandos jurídicos.
(E) na elaboração do orçamento, a escolha de alocação de recursos é feita sem respaldo constitucional, sendo definida apenas por critérios de conveniência política.

54

Processo orçamentário é o conjunto das funções que envolvem a elaboração, a execução e o controle do orçamento público.

Assinale afirmativa correta acerca do controle do orçamento público.

(A) Apenas os órgãos de controle oficiais podem acompanhar o processo orçamentário e identificar irregularidades.
(B) Qualquer cidadão ou entidade pode aplicar sanções a agentes que transgridam as regras orçamentárias.
(C) O Ministério Público não possui legitimidade para apresentar questionamentos sobre o processo orçamentário.
(D) No caso de crime de responsabilidade, a função sancionatória é atribuída exclusivamente aos Tribunais de Contas, ao Poder Judiciário e ao Parlamento.
(E) As providências para a correção de irregularidades se restringem à fase de execução, não abrangendo a elaboração das leis orçamentárias.

55

Despesa pública refere-se aos gastos realizados pelo Estado para manter o seu funcionamento, efetuados por meio da alocação adequada das receitas arrecadadas em sua atividade financeira.

Assinale a opção que apresenta um exemplo de despesa ordinária.

(A) Repasse de recursos para o auxílio emergencial decorrente de calamidade pública.
(B) Remuneração de servidores públicos efetivos e pagamento de pensionistas.
(C) Financiamento de operações militares imprevistas e guerra externa.
(D) Custeio de novos órgãos governamentais sem a dotação orçamentária específica.
(E) Pagamento de gratificações extraordinárias e bônus não previstos anualmente.

56

Na execução de determinado contrato administrativo regularmente formalizado para a prestação de serviços contínuos com predominância de mão de obra, diante de circunstâncias específicas, que não envolvem calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra e que não decorreram de ato ou fato praticado pelo contratado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído, as autoridades competentes estão em vias de determinar a suspensão do contrato, por ordem escrita.

Nesse contexto, as referidas autoridades foram informadas de que, à luz da Lei nº 14.133/2021, o contratado terá direito à extinção do contrato, caso a suspensão, por ordem escrita da Administração, tenha prazo superior a

(A) 15 dias úteis.
(B) 2 meses.
(C) 45 dias corridos.
(D) 3 meses.
(E) 30 dias úteis.

57

A Instrução Normativa nº 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

À luz do disposto na mencionada Instrução Normativa, é correto afirmar que a Administração

(A) fica proibida de contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção.
(B) é vedada de praticar atos de ingerência na administração da contratada, a exemplo de direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas, uma proibição que é também aplicada a seus servidores.
(C) está autorizada a realizar tal contratação de serviços para o exercício das funções relacionadas ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção.
(D) estabelece uma relação de subordinação com o empregado, de modo que a prestação de serviços objeto da contratação gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração.
(E) pode considerar os trabalhadores da contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

58

Para atender a uma demanda de certo órgão da Administração Pública Federal, Belmiro, no exercício de suas atribuições, teve que verificar as normas constantes da Lei nº 14.133/2021 em relação às peculiaridades atinentes à contratação de serviços em geral, que não envolvem, portanto, serviços de engenharia, bem como as peculiaridades concernentes à elaboração dos respectivos editais e contratos.

Nesse contexto, Belmiro observou corretamente que,

(A) na licitação de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital deverá definir o local de realização dos serviços, admitida a exigência de deslocamento de técnico ao local da repartição ou a exigência de que o contratado tenha unidade de prestação de serviços em distância compatível com as necessidades da Administração.
(B) na contratação de serviço terceirizado, durante a vigência do contrato, poderá o contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.
(C) na contratação de serviços em geral, a Administração é vedada de contratar mais de uma empresa ou instituição para executar o mesmo serviço, ainda que essa contratação não implique perda de economia de escala, que o objeto da contratação possa ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado e que a múltipla execução seja conveniente para atender à Administração.
(D) na contratação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração é proibida de solicitar que o contratado apresente a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, de modo que não pode impor multa caso não sejam apresentadas tais informações.
(E) na aplicação do princípio do parcelamento em relação às contratações de serviços em geral, a Administração deverá levar em conta o custo para si de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, não sedo imposto, contudo, à contratante o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

59

Considerando que as contratações realizadas por empresas públicas devem observar o disposto na Lei nº 13.303/2016, no âmbito da respectiva definição e aplicação de sanções administrativas em decorrência da inexecução total ou parcial do contrato por parte da estatal, garantida a prévia defesa, é correto afirmar que a norma em comento elenca expressamente as seguintes penalidades:

(A) repreensão, multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com prazo indeterminado.

(B) advertência, multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, e impedimento de licitar e contratar com prazo mínimo de três anos e máximo de oito anos.

(C) repreensão, multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar e contratar, sendo que essa última não pode ultrapassar o prazo de três anos.

(D) advertência, multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a dois anos.

(E) repreensão, multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração Direta e Indireta por até cinco anos e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, por prazo não inferior a um ano.

60

Em decorrência de ter sido designado para exercer a atribuição de fiscal de contrato, Lélio, que é empregado público integrante dos quadros permanentes da Administração, passou a analisar as disposições da Lei nº 14.133/2021 acerca das peculiaridades de tal papel no âmbito dos contratos administrativos.

Nesse contexto, Lélio verificou corretamente que

(A) é vedada a contratação de terceiros que não integrem a Administração Pública para assisti-lo ou subsidiá-lo no papel de fiscalizador do contrato, notadamente porque tal atividade deve ser desempenhada no âmbito do controle interno.

(B) não poderia ter sido designado como fiscal de contrato com base na mencionada norma, na medida em que não se submete ao regime estatutário e não pode alcançar a garantia da estabilidade, que é imprescindível para o exercício de tal mister.

(C) a sua designação como fiscal do contrato confere a ele automaticamente as atribuições concernentes às autoridades superiores, cabendo-lhe, portanto, adotar as medidas convenientes para sanar as irregularidades verificadas, mesmo que ultrapassem a sua competência.

(D) para que possa desempenhar a atribuição de fiscal do contrato, ele deve exercer simultaneamente a função de agente da contratação, a qual lhe conferirá melhores subsídios para a realização da fiscalização.

(E) no papel de fiscalizador do contrato, ele anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, no âmbito de sua competência.

REDAÇÃO

A cultura é um conceito frequentemente discutido, mas seu verdadeiro significado e valor muitas vezes passam despercebidos. No contexto brasileiro, a cultura é um mosaico vibrante que reflete a diversidade, as tradições e os valores de um povo. Desde a música até a gastronomia, passando pela arte e pela literatura, a cultura desempenha um papel vital na formação da identidade nacional.

Um dos maiores problemas enfrentados há muito tempo pelos brasileiros é a educação deficiente e uma formação cultural precária. Na esfera doméstica, o que pode ser feito para que as crianças se interessem por temas culturais e se desenvolvam de forma integral? Serão esses temas realmente importantes? Diga o que pensa a respeito em um texto de aproximadamente 30 linhas, em linguagem culta.